



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

www.cinform.com.br

IVZ

Aracaju - SE, 6 a 12 de janeiro de 2014, Ano XXXI, Edição 1604

Continua a novela das obras na 13 de Julho

■ O imbróglio da obra na Avenida Beira-mar parece mesmo uma novela. Semana passada, o Ministério Público Federal recorreu da decisão proferida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador Francisco Wildo Lacerda Dantas, que autoriza o reinício das obras de contenção do avanço do mar sobre a Avenida Beira-mar, no Bairro 13 de Julho, em Aracaju.

O recurso, assinado pelo procurador Domingos Sávio Tenório de Amorim, solicita que a decisão seja suspensa e analisada pelo pleno do Tribunal, que é composto por todos os desembargadores do órgão.

Briga na Justiça entre Prefeitura e Ministérios continua acirrada. Entra e sai semana, um novo capítulo é reescrito na história da construção dos 40 metros de molhe da Beira-mar. Um dia antes de o MPF recorrer da decisão judicial, a Prefeitura estava “toda animada” com a possibilidade de retorno, depois de uma semana paralisada.

De um lado, a Prefeitura alega ter feito todos os estudos necessários para a realização da barreira de contenção. De outro, ações nos Ministérios argumentam fragilidade nesses estudos e falta de documentação.

Em uma dessas decisões judiciais, a juíza Simone Fraga Oliveira decretou,

no dia 29 de dezembro, a interdição da pista da Avenida Beira-mar, sentido Atalaia/Centro, no trecho entre a Avenida Anísio Azevedo e o Iate Clube de Aracaju, na 13 de Julho. A juíza atendeu à ação impetrada pelo Ministério Público Estadual, que entende haver riscos de acidentes com motoristas que trafegam no local, em função do avanço do mar.

Nesse dia, antes da decisão judicial, o secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Genival Nunes, durante coletiva à imprensa, elencou uma série de itens a serem considerados para a realização da obra. E até citou prejuízos em bairros como a Coroa do Meio e municípios como a Barra dos Coqueiros.

“Foram feitos muros de arrimo e, na Ilha de Santa Luzia, foi feito um molhe com 800 metros, quando era para ter sido de 1600 metros. As consequências na Barra dos Coqueiros são praias destruídas, engordamento de um lado, solapamento do outro. Quando se impede o movimento do mar, ele sai de um ponto e vai para outro. A Rodovia Inácio Barbosa (antiga José Sarney) está sendo destruída, resultado de uma obra que foi realizada sem estudo ambiental”. ■

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br